

PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: RELAÇÕES DE PODER-SABER

*Monique Cristina Francener Hammes Schütz
Gicele Maria Cervi
Lilian Alves Pereira*

RESUMO: Este trabalho problematiza as práticas discursivas sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNC) a partir de diferentes sujeitos do cenário educacional brasileiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujas análises partem das práticas discursivas de três séries. A primeira é composta pelos pronunciamentos de atores do contexto político educacional; a segunda formada por uma equipe interinstitucional de pesquisadores; e a terceira constituída por professores de uma escola da rede estadual de Santa Catarina. Situa-se o embasamento teórico nas concepções de currículo em Silva (2004) e Lopes (2006); na constituição histórica da BNC em Macedo (2014) e no conceito de práticas discursivas Foucault (1986) e Fischer (2001). Os resultados dessa pesquisa evidenciam que a BNC retoma as primeiras preocupações com o currículo, voltadas à questão do que ensinar. Os discursos seguem determinadas condições para seu funcionamento, questiona-se, portanto: Quais relações se estabelecem nas práticas discursivas dos sujeitos sobre a proposta da BNC? E qual será o discurso propriamente dito, válido?

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular; Currículo; Práticas Discursivas; Professores.

1 INTRODUÇÃO

O currículo da Educação Básica brasileira, atualmente, é pauta de um debate repleto de posicionamentos. O Ministério da Educação conta com um Comitê de Assesores que trabalha na produção de uma proposta preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNC) com o apoio de um grupo de 116 especialistas, organizados em comissões por área, componente curricular e etapa da educação básica. A BNC é uma proposta que reúne “direitos e objetivos de aprendizagem relacionados às quatro áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares para todas as etapas da educação básica” (BRASIL, 2015, p. 15).

Por se tratar de uma proposta que, se aprovada alterará os currículos das escolas brasileiras consideramos pertinente e significativo problematizar as práticas discursivas, de diferentes sujeitos do cenário educacional brasileiro, sobre a Base Nacional Comum Curricular.

Esta pesquisa é qualitativa cujas análises partem das práticas discursivas compostas: pelos pronunciamentos, disponíveis no portal da BNC¹ em vídeos, de diferentes atores do contexto educacional; pelo ofício denominado *A Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular*² produzido por uma equipe interinstitucional de pesquisadores vinculados à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), por meio do Grupo de Trabalho 12: Currículo, e à Associação Brasileira de Currículo (ABdC); e pelos relatórios construídos por professores de uma escola da rede estadual de Santa Catarina, no dia 21 de outubro de 2015, dia de uma das paralisações nacionais para discutir a BNC.

Entendemos que essas três séries apresentam práticas discursivas diversas, atravessadas por jogos de poder. O discurso não é unitário e seu estudo só pode ser feito conforme pluralidades de séries nas quais interfiram interditos que, ao menos em parte, sejam diferentes em cada uma delas, são conjuntos de enunciados muito heterogêneos (FOUCAULT, 2008).

Compreendemos que ao analisar os discursos, segundo Foucault (1986),

[...] vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva.[...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (p.56, grifos do autor).

Exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras e expor as relações que se dão dentro de um discurso (FISCHER, 2001). Foucault escreve que “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história” (1986, p.146). Portanto, ressalta-se que os sujeitos são efeitos de discursos, e esses efeitos – produzidos no interior de inúmeras e concretas relações institucionais, sociais e econômicas (FISCHER, 2001).

Situa-se o embasamento teórico nas concepções de currículo em Silva (2004), Lopes (2006); na constituição histórica da BNC em Macedo (2014); e no conceito de práticas discursivas Foucault (1986) e Fischer (2001). Portanto, os objetivos desta pesquisa são: i) Descrever, brevemente, a constituição histórica da proposta da BNC; ii) Analisar as práticas

¹<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/os-protagonistas>.

² ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO- ANPED; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO – ABDC. Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular. Ofício n.º 01/2015/GR. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2015. 9 p. Disponível em: <<http://ced.ufsc.br/files/2015/10/Exposi%C3%A7%C3%A3o-de-Motivos-a-BNCC-ANPED-e-ABdC.pdf>>. Acesso em: 06 de abr. de 2016.

discursivas sobre a BNC de diferentes sujeitos do cenário educacional brasileiro; iii) Problematicar os discursos sobre a BNC identificando os jogos de poder que os atravessam.

2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DO QUE SE TRATA?

Nesta seção buscamos expor um breve histórico da constituição da Base Nacional Comum Curricular. Conforme consta no portal *online*³

[...] a BNC vai deixar claro os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde o ingresso na Creche até o final do Ensino Médio. [...] Com a BNC, **ficará claro para todo mundo** quais são os elementos fundamentais que precisam ser ensinados nas Áreas de Conhecimento: na Matemática, nas Linguagens e nas Ciências da Natureza e Humanas (BRASIL, 2015, grifos nossos).

Embora tenha tomado grande visibilidade no ano de 2015, as discussões acerca da Base Nacional Comum Curricular, inclusive com paralisações das aulas nas escolas para que ponderações fossem realizadas por professores e gestores, a BNC não é uma intenção de agora.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 em seu artigo 26 dispôs:

os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Conforme salienta Macedo (2014) essa normativa não delimita a criação de uma base nacional comum, pois entendia-se *a priori*, que a base nacional comum era as disposições contidas na própria LDB.

Na esteira da construção de uma base comum estão as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 ponderados no Plano Decenal da Educação para Todos (1993-2003) e alicerçados nas discussões da Conferência Mundial de Educação para Todos ocorrida na Tailândia em 1990, a princípio pensados para constituir as Diretrizes Nacionais da Educação, no entanto devido às críticas, principalmente acerca do seu detalhamento, eles se tornaram uma opção não obrigatória e novas diretrizes, com caráter mais geral, foram compostas (MACEDO, 2014).

³Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>.

Adverso aos Parâmetros Curriculares Nacionais, que não são obrigatórios, estão as Diretrizes Curriculares Nacionais, cuja primeira promulgação se deu em 1990 e são reformuladas com frequência. Conforme Machado e Lockmann (2014, p. 1595)

as DCNs (2013) são elaboradas com a proposta de dar continuidade à sistematização dos princípios contidos na Constituição Federal e na LDB 9394/96. O foco está centrado em assegurar a formação básica comum nacional; estimular a reflexão sobre o projeto político-pedagógico das escolas de Educação Básica e orientar os cursos de formação inicial e continuada de professores.

Essa diferenciação foi consolidada em 2014 com o Plano Nacional da Educação - PNE (BRASIL, 2014) ao definir em suas metas a necessidade de estipular direitos e objetivos de aprendizagens, especialmente, ao propor na meta sete “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem” (BRASIL, 2014), estipulando médias nacionais para o IDEB⁴ e estabelecendo estratégia para atingir tal meta

diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

A partir do estabelecimento dessas metas pelo PNE, o Ministério da Educação (MEC) inaugura o processo de construção da BNC. No mês de agosto de 2014, em rede nacional foi divulgado o início de consultas aos estados e municípios para a delimitação da base comum curricular. No entanto, a BNC já era pauta de seminários e discussões com a participação de entes da esfera pública e privada. Tanto que em julho de 2014, um mês antes da divulgação nacional, já havia sido confeccionado um documento preliminar pela Secretaria de Educação Básica destinado apenas à comunidade acadêmica (MACEDO, 2014).

Em 2015, através do portal *online*, especialistas das áreas de conhecimento, gestores, professores da educação básica, estudantes e público em geral foram convidados a contribuir para a construção da BNC, sugerir e operar ativamente na construção desse currículo comum, ser um protagonista. *Protagonista* é um item disponibilizado no portal da BNC, no qual se lê:

O desafio de sua construção [da BNC] é enorme e é essencial **a participação** de professores, secretarias estaduais e municipais de ensino, associações profissionais e científicas, sociedades civis organizadas, estudantes da Educação Básica e de cursos de licenciatura e demais atores envolvidos nessa temática (BRASIL, 2015, grifos nossos).

⁴Índice de desenvolvimento da educação básica.

A participação embora opere na construção de coletivos, também emprega um refinado mecanismo de controle, que ao incentivar à participação amplia seu domínio, pois captura a todos, sob o véu do protagonismo.

O portal *online* dispõe de explicações escritas e detalhadas bem como recorre a vídeos gravados por personalidades do cenário político, professores e estudantes para explicitar e validar a proposta. A consulta pública, assim denominada pelo portal da BNC, se estendeu até 15 de março de 2016 e foram recebidas mais de 12 milhões de contribuições de todo o Brasil. As próximas etapas da agenda de trabalho da BNC são: apresentação da segunda versão da BNC em abril de 2016, em maio a realização de seminários estaduais e em junho a apresentação da versão final.

Diante do exposto cabem algumas indagações: Quem é esse todo mundo para os quais ficarão claros os elementos fundamentais a serem ensinados? Quem define os direitos e objetivos de aprendizagem para as escolas do país inteiro? O que deve ser ensinado? O que constitui um conhecimento válido ou verdadeiro? Tais conhecimentos servem para quem, para que, e em qual contexto?

O discurso longe de ser esse elemento transparente ou neutro, é onde se exerce os mais temíveis poderes, é aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. Os discursos são sustentados por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão (FOUCAULT, 2008). No próximo capítulo problematizamos os discursos sobre a BNC buscando identificar os jogos de poder que os atravessam.

3 PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Esta seção problematiza as práticas discursivas, de diferentes sujeitos do cenário educacional brasileiro, sobre a Base Nacional Comum Curricular. As práticas discursivas foram organizadas em três séries.

A primeira série é composta pelos pronunciamentos, disponibilizado no portal *online* da BNC em forma de vídeos, de atores do contexto político educacional brasileiro, são eles: o Ex-Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, o Secretário Executivo do MEC Luiz Cláudio Costa, o Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação Eduardo Deschamps, o Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) Alessio Costa Lima, o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Francisco Soares, a Ex-presidente da Undime Cleuza Repulho, a Secretária Municipal de Educação de Campina Grande Iolanda Barbosa, a Integrante do Movimento pela Base Nacional Comum Maria Helena G. de Castro e a Integrante do Movimento pela Base Nacional Comum Nilma S. Fontanive. Optamos por excluir alguns pronunciamentos devido ao seu conteúdo, pois não discutiam a BNC, apenas informavam sobre o processo de construção da mesma.

A segunda série é formada por uma equipe interinstitucional de pesquisadores vinculados à Anped, por meio do Grupo de Trabalho 12: Currículo, e à ABdC que através de um ofício denominado a *Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular* manifestam-se contrariamente ao documento orientador de políticas para Educação Básica apresentado pela Secretaria de Educação Básica /MEC à consulta pública como Base Nacional Comum Curricular.

Por fim, a terceira série é constituída pelos docentes de uma escola estadual pública de Santa Catarina, através dos relatórios produzidos pelos professores do ensino fundamental anos finais e ensino médio, organizados em grupo a partir da disciplina que lecionam, e pelos professores do ensino fundamental anos iniciais, no dia 21 de outubro de 2015, dia de uma das paralisações nacionais para discutir a BNC.

Os discursos das diferentes séries são atravessados por relações de poder. Essas relações entre indivíduos que segundo Foucault (1995) são designadas pelo poder, um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras. A seguir buscamos problematizar os discursos produzidos pelas séries já citadas.

Os atores do contexto político educacional brasileiro⁵ assumem discursos a favor da BNC. Alguns discursos apresentam a BNC como forma de garantir o igual acesso ao conhecimento a todos os estudantes brasileiros, como ilustrado pelas falas a seguir:

Luiz Cláudio Costa, Secretário Executivo do MEC: *A Base Nacional Comum é extremamente importante para um país como o nosso que tem que **respeitar as suas diversidades**, as características regionais, a história a geografia enfim toda sua história... mas é extremamente importante também que nós tenhamos essa base nacional comum... para que **nós tenhamos o direito à aprendizagem preservado para que não haja nenhuma diferença de classe social... do que se aprende... desse direito... nessas oportunidades.***

Francisco Soares, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas: *[...] Então... a base nacional comum como próprio nome indica... ela pretende criar um **patamar igual para todos.***

⁵ Assim denominado pelo portal da BNC.

Cleuza Repulho, Ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação: *A base para mim é essencial para um processo de **equidade** no Brasil porque ela vai garantir que **em qualquer lugar do território nacional os alunos terão as mesmas oportunidades a mesma forma de construir conhecimentos garantindo também a regionalidade.***

Iolanda Barbosa, Secretária Municipal de Educação de Campina Grande: *A base nacional comum é uma oportunidade que nós temos... na construção de um sistema nacional de educação que passa pelos estados e pelos municípios... **de estruturarmos as garantias dos direitos de aprendizagem.***

O Brasil, um país de proporções continentais, composto de diferentes culturas, geografias, condições econômicas e sociais, estaria respeitando às diferenças através da base nacional comum curricular, como propõem os pronunciamentos acima? Há igualdade de oportunidades para os estudantes que frequentam escolas de chão de barro, sem cadernos ou condições estruturais e aqueles estudantes com acesso a recursos tecnológicos digitais, salas de aula climatizadas? Do Oiapoque ao Chuí, estudantes quilombolas, indígenas, cafusos, brancos, oriundos do campo ou da cidade teriam seus direitos e objetivos de aprendizagem assegurados? *A priori*, soa como justo que todos os estudantes do país se apropriem do mesmo conhecimento, não é mesmo? No entanto um currículo nunca é neutro ou imparcial. Pois,

[...] na medida em que buscam dizer o que o currículo dever ser, não deixam de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder (SILVA, 2004, p.16).

Nesse sentido, a proposta da BNC homogeniza os saberes que serão ensinados nas escolas de todo o país, validando determinados saberes e outros não. Ao validar alguns conhecimentos suprime outros, explicitando relações de poder-saber, que tornam apenas os saberes selecionados como verdadeiros.

Sintetizado por Machado (1979, p.22) “Todo saber assegura o exercício de um poder”. “Os saberes se constituem com base em uma vontade de poder e acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder a que servem” (VEIGA-NETO, 2014, p. 115). Em suma, o saber não é externo ao poder, são mutuamente dependentes.

Outros pronunciamentos referem-se aos conteúdos e competências “essenciais” para o desenvolvimento e formação do cidadão para o mundo do trabalho. Conforme observa-se abaixo:

Renato Janine Ribeiro, Ex-Ministro da Educação: [...] *a Educação Básica é o eixo... é a base mesmo como diz o nome... para um país ter uma população que domine o conhecimento que seja capaz de extrair o máximo que a vida pode trazer... então é muito importante **nós darmos um avanço no que cada pessoa precisa aprender para ser um cidadão pleno... um indivíduo feliz um profissional competente é essa a contribuição que eu peço a cada um... que dê com o máximo de dedicação.***

Eduardo Deschamps, Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação: [A BNC] *É um conjunto de conteúdos... de habilidades de conhecimentos... de competências essenciais... **para que cada brasileiro do norte ao sul do Brasil tenha acesso... desenvolva... Que possa gerar o que ele deve e o que ele tem direito de aprender.***

Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação: *A base é para mim um conjunto de **conhecimentos essenciais** devidamente articulados e estruturados que deem conta da formação do jovem brasileiro preparando para a vida e para o mundo do trabalho.*

Os conteúdos essenciais organizados a partir das disciplinas escolares são tecnologias que se articulam com o discurso do currículo comum, organizam os interesses profissionais de suas comunidades com os saberes que fazem circular, contribuindo para a estabilidade do currículo por intermédio da defesa da cultura comum. Tais saberes são entendidos como legítimos em virtude de sua articulação com as tradições acadêmicas. “No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber” (FOUCAULT, 2008, p. 33).

O que constatamos é que os componentes curriculares definidos pela BNC são importantes e indispensáveis para aqueles que utilizam determinadas “lentes”, as comunidades epistêmicas, que tornam esses mesmos conhecimentos importantes e indispensáveis, excluindo muitos outros que podem ser fundamentais para outros sujeitos, em outros contextos, em outras organizações sociais, múltiplas e distintas que compõe o povo brasileiro.

O processo de tornar determina seleção da cultura em um currículo comum inscreve as políticas de currículo nas lutas sociais entre o universal e o particular. O universal é sempre uma particularidade que foi universalizada. A opressão às diferenças se desenvolve, na medida em que se entende esse universal como um conteúdo definido *a priori*, fixo e incapaz de negociar seus sentidos e significados. O currículo comum não exclui obrigatoriamente o multiculturalismo, mas seleciona os saberes mais legítimos, garantindo tanto a reprodução dessa cultura quanto das finalidades educacionais e sociais almejadas (LOPES, 2006).

Fixar sentidos e significados da cultura como universais, buscando legitimá-los como melhores para um dado currículo, faz parte de uma hegemonia na qual certa particularidade busca ascender à categoria de universal (LOPES, 2006).

Nos pronunciamentos a seguir constatamos alguns instrumentos de homogeneização do currículo, tais como: formação docente, práticas de avaliação centradas em resultados, os livros didáticos e a própria concepção de livro didático como um guia do trabalho docente, construindo, de diferentes formas, um discurso favorável à centralização curricular.

Maria Helena G. de Castro, Integrante do Movimento pela Base Nacional Comum: A base para mim é um primeiro passo para nós... realmente transformarmos a educação brasileira... lógico que a base sozinha não resolve tudo... ela vai servir para orientar a formação inicial e continuada de professores, reorganizar os materiais didáticos de apoio... para rever o sistema de avaliação da educação brasileira.

*Nilma S. Fontanive, Integrante do Movimento pela Base Nacional Comum: [...] Eu particularmente tenho uma esperança de que ela seja capaz de **transformar a prática docente.***

O material didático, em especial o livro didático, é um orientador pedagógico do trabalho docente e expressão de uma matriz curricular a ser apresentada a todas as escolas, capaz de garantir e reforçar, mais uma vez, a cultura comum (LOPES, 2006).

Retomando a segunda série de discursos, formada pelos pesquisadores do Grupo de Trabalho de currículo da Anped e ABdC que se posicionaram com discursos contrários a BNC sustentados no entendimento de que é desejável a diversidade não reconhecida na BNC. Propuseram, no texto *Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular* (2015), nove motivos que colocam em evidência que os conceitos de currículo, avaliação, direitos do estudante à aprendizagem e de trabalho do professor em que se fundamenta a BNC não garantem a valorização e o direito à diversidade. A baixo alguns discursos selecionados, devido a amplitude do ofício:

Na BNCC⁶, a tendência proposta para a formação humana é a modelização, a homogeneização [...] (p. 1).

As desigualdades, diferenças e a diversidade social, cultural e econômica existentes no Brasil exigem, portanto, flexibilidade na norma curricular. Essa flexibilidade é incompatível com a definição de uma base nacional comum idêntica para todos (p. 2, grifos nossos).

⁶Outra sigla para denominar a Base Nacional Comum Curricular.

*Os direitos de aprendizagem apresentam-se como eixos nos quais se desdobram os objetivos contínuos a serem alcançados pelos professores, reduzindo-se o direito à educação ao direito à aprendizagem, **passando-se a concebê-la apenas como escolarização** (p. 3, grifos nossos).*

*Percebemos na BNCC uma lógica em que a seleção de conteúdos proposta é tida como capaz de dar conta do planejamento curricular, **desconsiderando que essa seleção é arbitrária e produzida em meio a relações de poder** em virtude das quais se **exclui muitos outros conhecimentos possíveis de serem ditos e, muitas vezes, necessários de serem tratados** (p. 4, grifos nossos).*

***O atrelamento da BNCC às avaliações externas, bem como seu caráter prescritivo fortalecem instâncias de controle do trabalho docente** com a adoção de um modelo de gestão de inspiração abertamente empresarial, não-participativo, que concentra poderes nas mãos dos diretores e autoridades externas às escolas, tanto na gestão administrativa quanto pedagógica (p. 5, grifos nossos).*

*Não é possível admitir a **desmoralização dos professores da Escola Básica** diante de reformas curriculares guiadas por **valores mercadológicos, antidemocráticos e desumanizadores**. (p. 7, grifos nossos).*

*[...] à metodologia de construção da BNCC, guiada pela **pressa e pela indefinição sobre etapas e critérios**. Os prazos são **antecipados, debates minimizados, participações reduzidas a seminários de audiência muda e consultas eletrônicas para legitimação de um processo sem roteiro definido** (p. 7, grifos nossos).*

A partir desses posicionamentos constatamos que um currículo comum é mais complexo que listas de conteúdos, é listagens de competências, modelos internacionais de avaliação, práticas de avaliação de livros didáticos que favorecem a homogeneidade do currículo (LOPES, 2006). É uma questão de poder-saber.

Ao determinar que a toda essa complexidade de diferentes devem ser oferecidos os mesmos saberes, a BNC opera na lógica da padronização e da homogeneização. Adentram na escola as singularidades e especificidades de cada estudante que são formatados para que saiam dela nos moldes impostos pelo currículo comum nacional.

Para Foucault (2008) a vontade de verdade, enquanto um procedimento de controle dos discursos, neste caso em defesa de um currículo comum, apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.

O posicionamento dos pesquisadores do Grupo de Trabalho de currículo da Anped e ABdC procura rivalizar com o discurso que “aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal” (FOUCAULT, 2008), distribuído pelo Ministério da Educação.

Os professores, aqueles que estão na linha de frente, no chão da sala de aula, compõem a terceira série de discursos. Favoráveis a BNC os docentes de uma escola estadual pública de Santa Catarina, primeiramente, destacam a autonomia do professor quanto à forma de trabalho e exposição/preparação do conteúdo, o professor como protagonista deste processo. Tais aspectos são perceptíveis nas seguintes exposições:

Professor 1: [A Base Curricular Nacional] *deve também respeitar as especificidades de cada região, dando autonomia para os profissionais da educação abordar da melhor forma de acordo com a realidade conjuntural de seu espaço de trabalho.*

Professor 2: *Reconheço que uma uniformização do que deve ser abordado é necessário, porém, desde que isso não engesse todos o processo de criação. [...] Precisamos realmente reconhecer que seremos protagonistas desse processo de mudanças e eu quero realmente acreditar que isso vai acontecer.*

Outro aspecto que abordam é o professor enquanto “especialista” que define quais conteúdos são coerentes, sua sequência, nível de complexidade, fragmentação, aumento ou redução de conteúdos. Sobre essa questão os professores relatam que:

Professor 1: *Esperávamos que os conceitos teóricos aprofundados fossem abordados de forma completa. [...] Quanto às questões relacionadas ao papel da Geografia tanto nas dimensões escolares e do mundo cotidiano ficaram explicitadas de forma genérica. [...] O texto competências são apresentados de forma reduzida, tecnicista, genérica e subjetivos demais. [...] O referido conteúdo fora reduzido (o professor lista vários conteúdos da disciplina de geografia). [...] os conteúdos propostos estão misturados com os conteúdos do terceiro ano.*

Professor 2: *Os conteúdos sugeridos nos dois primeiros anos está coerente. Faço uma ressalva apenas nos conteúdos propostos para os terceiros anos (sugere eliminar alguns conteúdos devido ao tempo limitado).*

Professor 3: *Diante do documento apresentado, e pela forma pelo qual foi elaborado, percebe-se uma redução nas competências.*

Professor 4: *Seguem as seguintes alterações e ajustes que visamos ser necessário: CNF/IMOA002- Está descontextualizado desta sequência; CNF/IMOA0010 – desnecessário; CNF/IMOA0018 – sintetizar.*

Professor 6: *Tendo por base os conhecimentos historicamente construídos, este componente curricular para o Ensino Médio está de acordo.*

Também relatam sobre sua prática. Ao passo que, se as orientações contidas na BNC estão em consonância com a prática atual do professor ele está de acordo, caso contrário faz a crítica ao documento, como ilustrado a seguir:

*Professor 2: Todo o conteúdo sugerido nesta proposta, eu particularmente, **já prático em sala de aula.***

*Professor 5: Observou-se que o conteúdo especificado **não condiz com a realidade escolar dos nossos dias.***

*Professor 6: A partir da leitura do texto proposto concordamos que deva permanecer na forma em que está; concordamos com o texto proposto pelo MEC, **pois já está de acordo com a nossa prática cotidiana.***

Parte desses professores questionaram sobre as condições de trabalho dos profissionais da educação antes de discutir a BNC, conforme os excertos a baixo:

*Professor 7: Outro fator que necessita de um olhar a tento é a respeito das **condições de trabalho, materiais e a existência de uma sala específica para artes.***

*Professor 5: Primeiramente pela **falta de reconhecimento profissional dos professores através dos seus baixos salários e sem um plano real de carreira. Sem isso não haverá progresso!***

*Professor 6: Os profissionais da Educação ainda estão **muito aquém da devida valorização e reconhecimento.***

O Ministério da Educação convida a sociedade brasileira, em especial os professores, com paralizações nacionais, para construir a BNC enfatizando a participação nesse processo. Como podemos perceber alguns professores preferem discutir, primeiramente, suas condições de trabalho, antes da BNC. O que esse movimento produz nos professores? Por que se quer a participação na decisão de um currículo comum, mas sobre as condições de trabalho não se dialoga? Os professores aproveitaram esse espaço, onde supostamente, serão ouvidos para falar o que de fato os incomoda e sobre o que é importante para os mesmos. A participação ao mesmo tempo em que ela captura e controla, ela pode gerar possibilidades, potencialidades, coletivos.

O discurso do especialista fez-se presente, especialmente nesta terceira série. Uma das condições fundamentais para a criação da escola moderna foi um corpo de especialista: os professores, dos quais o saber é propriedade, saberes neutros, imateriais, separados da vida social e política. Outra condição foi a construção de um saber pedagógico, a escola passou a ser o local, por excelência, destinado à educação das crianças, (VARELA; ALVAREZ-URIA,

1992; CERVI, 2010) discurso evidenciado, principalmente, pelos atores do contexto político educacional.

Segundo Lopes (2006), o trabalho desenvolvido por especialistas das áreas de ensino de disciplinas específicas evidencia a compreensão de currículo como centrado nas disciplinas já tradicionalmente presentes no currículo, que privilegiam uma determinada cultura.

O professor, considerado protagonista desse processo de implementação da BNC nas escolas de todo o Brasil, pode ser de fato a mola mestra que efetivamente coloca a BNC em funcionamento, pois é ele o responsável pelo processo de ensino e aprendizagem dos estudantes reais que habitam as escolas, sejam elas de taipa, de madeira, de concreto ou de folhas de palmeira. Como ele pode ser também a ruela desprendida que estanca o funcionamento dessa maquinaria. O professor em sua sala de aula pode fazer uma educação que não se submete aos moldes impostos, é possível opor-se, resistir e inventar outros caminhos, heterogenizar.

Porém, dificilmente se traçará uma resistência para aquilo que você ajudou a pensar e participou da construção. Ao solicitar a participação de todos, todos são capturados, pois sob o véu da participação captura-se resistências ou geram-se possibilidades, potencialidades.

4 PROBLEMATIZAÇÕES FINAIS

Ao problematizar as práticas discursivas dessas três séries sobre a BNC percebemos que as relações de poder-saber atravessam tais discursos. As relações entre os sujeitos não estão baseadas apenas no saber, mas é uma relação de poder. Pois, ao explorar as estruturas organizacionais da escola observa-se uma estrutura hierárquica, em que as regras, a forma como os conteúdos são trabalhados, sua sequência e os próprios conteúdos, não são decisões tomadas por todos e muitas decisões já foram tomadas antes mesmo de crianças e professores entrarem na sala de aula. (DUSSEL; CARUSO, 2003).

Segundo Foucault (2008), no controle do discurso trata-se de determinar as condições de seu funcionamento,

de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles [...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo [...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...] enfim, a eficácia suposta ou imposta da palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirige, os limites de seu valor de coerção (p. 37-39).

Nas práticas discursivas das três séries analisadas evidenciamos as exigências para satisfazer e fazer o uso do discurso. O Ministério da Educação, juntamente com um Comitê de Assesores, produziu a proposta preliminar da BCN, cujo atores do contexto político educacional estão em consonância, portanto de acordo com um currículo comum para todo o território nacional, que convidaram a todos (especialistas das áreas de conhecimento, gestores, professores da educação básica, estudantes e público em geral) para contribuir na construção da BNC. A partir da participação todos podem contribuir e opinar.

Os pesquisadores do currículo de grande influência, através de um ofício buscam diálogos na defesa pela diversidade não contemplada na BNC e os professores também contribuíram com a proposta definindo quais conteúdos são coerentes, sua sequência, nível de complexidade, fragmentação, aumento ou redução de conteúdos.

Cabe questionar se a BNC chegar a sua implantação se ambas as contribuições realizadas pelos diferentes sujeitos serão contempladas ou não no documento. Os discursos seguem determinadas condições para seu funcionamento, ritos que definem quem é qualificado para falar, para decidir os discursos que comporão o documento da BNC, pois “os discursos se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2008, p. 52-53).

O discurso que se efetivará na proposta da BNC, assim como em qualquer currículo, no seu âmago deseja formar determinados sujeitos. O currículo sempre quer modificar alguma coisa em alguém. Portanto, carrega implicitamente, alguma noção de que sujeitos nós queremos que eles ou elas se tornem? O que eles e elas são?

O intuito desta pesquisa foi problematizar as práticas discursivas sobre a BNC. As três séries, em seus discursos, evidenciaram relações de poder-saber sobre os objetivos e diretos de aprendizagem que constam nas BNC, quais conhecimentos entendem ser mais pertinentes para compor ou não a BNC e se sua organização é válida. Mas, se “onde há poder há resistências” (MACHADO, 1979, p. 14), as políticas curriculares podem ser tensões entre homogeneidades e heterogeneidades, considerando as heterogeneidades como uma possível resistência.

A BNC retoma as primeiras preocupações com o currículo, voltadas à questão do ensinar. Neste contexto, recorreremos a Bobbitt, que segundo Silva (2004), no livro *The curriculum*, em 1918, procurava moldar os objetivos e as formas da educação de massas, buscando responder questões cruciais que cabem, também, neste contexto da BNC. Questões como: Quais os objetivos da educação escolarizada: formar um trabalhador especializado ou proporcionar uma educação geral, acadêmica, à população? O que se deve ensinar?

Habilidades básicas, disciplinas acadêmicas humanísticas, disciplinas científicas, habilidades práticas/profissionais? Quais as fontes principais do conhecimento? O que deve estar no centro do ensino?

Conclui-se, portanto, que a BNC, enquanto currículo não é neutro, há relações de poderes imbricadas em todo o processo de sua construção e efetivação. Mascarada pelo discurso da melhoria da qualidade da educação nacional torna legítima a homogeneização dos saberes. Questiona-se: Qualidade para a vista de qual ponto? Pois embora seja o mesmo termo, o significado de qualidade não é o mesmo para todos que serão afetados pelo currículo comum nacional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO-ANPED; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO – ABDC. Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular. **Ofício n.º 01/2015/GR**. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2015. 9 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília. DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. PNE 2014-2024. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: CONSED/UNDIME/MEC, 2015.

CERVI, Gicele Maria. **Política de gestão escolar na sociedade de controle**. 2010. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. Cristina Antunes (trad.). São Paulo: Moderna, 2003. 255p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986. 266 p.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Laura Fraga de Almeida Sampaio (Trad.). 16. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 79 p.

LOPES, Alice. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n.2, p. 33-52, jul./dez. 2006.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista Científica e-Curriculum**, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 7-23.

MACHADO, Roseli Belmonte; LOCKMANN, Kamila. BASE NACIONAL COMUM, ESCOLA, PROFESSOR. **Revista Científica e-curriculum**, v. 12, n. 3, p. 1591-1613, 2014.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed., 7. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 154 p.

VARELA, Julia; ALVEREZ – URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**. São Paulo, n. 6, p.68-96, 1992.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 157 p.